

CARACTERIZAÇÃO DO POTENCIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS PARA A MULTIFUNCIONALIDADE EM RIO CLARO-SP¹

LAS POSIBLES CARACTERÍSTICAS DE LAS GRANJAS RURALES POR LA MULTIFUNCIONALIDAD EN RÍO CLARO- SP

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

UNESP – Universidade Estadual Paulista; Professora Doutora
do Departamento de Geografia – IGCE - Rio Claro
darlene@rc.unesp.br

Stephan Cabrini de Oliveira

Bacharel em Geografia pela UNESP – Universidade Estadual Paulista - IGCE - Rio Claro
Bolsista AT1 CNPq 2014/2016
stephan06@gmail.com

Resumo

A complexidade dos fatores que demarcaram o ritmo das áreas rurais, no Brasil, tem colocado em análise o papel a ser desempenhado pelas pequenas propriedades em áreas de urbanização avançada. Assim, o conhecimento do potencial multifuncional dessas unidades torna-se importante para planejar e implementar o desenvolvimento rural municipal. Nosso objetivo foi levantar o potencial das pequenas propriedades familiares para a multifuncionalidade no município de Rio Claro-SP, caracterizando seus elementos internos (tríade produtor/propriedade/produção) e elementos externos (ecológico, econômico, político e demográfico-cultural), e apontando para a definição do potencial do capital sociocultural e econômico do grupo em questão. Buscamos definir os pressupostos da multifuncionalidade da paisagem e da agricultura familiar no município estudado.

Palavras-Chave: Pequenas Propriedades. Multifuncionalidade. Desenvolvimento Rural.

Resumen

La complejidad de los factores que han marcado el ritmo de las zonas rurales en Brasil ha puesto en cuestión el papel que deben desempeñar las pequeñas granjas en las zonas urbanas avanzadas. Por lo tanto, el conocimiento del potencial de múltiples funciones de estas unidades se vuelve importante para planificar y implementar el desarrollo rural local. Nuestro objetivo era elevar el potencial de las pequeñas granjas familiares para la multifuncionalidad en la ciudad de Río Claro-SP, con sus elementos internos (productor/propiedad/producción) y factores externos (ecológico, económico, político y demográfico culturales), y señalando el potencial para la definición de capital socio-cultural y económico del grupo en cuestión. Buscamos establecer las condiciones de la multifuncionalidad del paisaje y de las granjas familiares en la ciudad estudiada.

Palabras clave: Pequeñas Granjas. Multifuncionalidad. Desarrollo Rural.

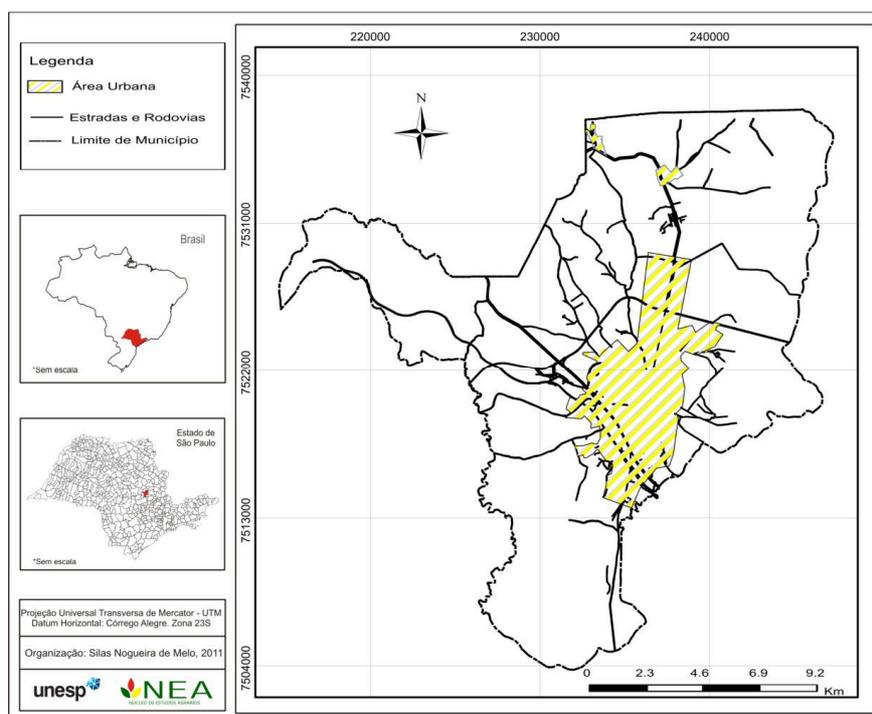
Introdução

A complexidade dos fatores que demarcaram o ritmo das áreas rurais, no Brasil, desencadeou análises sobre o papel a ser desempenhado pela agricultura na sociedade contemporânea.

Rural areas always been spaces of change, shaped by economic cycle, trade fluctuations, new technologies, migration flows, political upheavals and environmental conditions. In late twentieth century – and the early twenty-first – however, rural áreas across the developed word have experienced a period of distinguished by its intensity, persistence and totality. (WOODS, 2011, p. 40)

Nosso objetivo consistiu em caracterizar o espaço rural do município de Rio Claro-SP (Figura 1) tendo como parâmetro o potencial multifuncional das propriedades rurais de dimensão de área de até 50.

Figura 1- Município de Rio Claro – SP – Brasil



Fonte: MELO, 2012.

Caracterizada como região urbano-industrial, sob a influência da monocultura canieira, as unidades de produção no campo viram sua capacidade de trabalho e desenvolvimento limitada, mas, nem por isso, grupos de pequenos produtores deixaram de buscar alternativas de permanência, ainda incipientes, mas que geram ocupação para a mão de obra da família e contribuem com a geração de renda.

As atividades não agrícolas já são realidade no município (pesque-pague, restaurantes, ecoturismo, transformação artesanal, esporte e lazer) em diversas propriedades, com perspectivas de expansão, para as quais o poder público municipal, representado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Silvicultura² e Secretaria Municipal de Turismo de Rio Claro-SP³, vêm dedicando esforços para ampliação e diversificação das experiências existentes.

Para que isso ocorra de maneira eficaz há necessidade de investigar as propriedades rurais do município, conhecendo seu potencial produtivo e empreendedor, com informações detalhadas sobre o espaço rural no âmbito municipal.

Decorrente do panorama descrito aponta-se que os potenciais e as perspectivas de desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas nunca foram caracterizados de forma completa no município. Alguns aspectos de seu potencial produtivo, paisagístico, turístico e cultural são conhecidos por meio de comentários de pessoas da região, acostumadas a transitarem pela área.

O exame preliminar da atuação das secretarias municipais, citadas anteriormente, comprova o potencial das propriedades e o interesse do proprietário local em diversificar suas atividades. Entretanto, essa atuação ainda é restrita pela falta de conhecimento pleno e sistematizado do potencial da área e dos produtores. Buscamos, então, traçar o perfil daquelas propriedades que numericamente dominam a área rural do município identificar se há potencial nas mesmas para o desempenho de múltiplas funções, “além da ‘função primária’ de produzir bens (alimentos e fibras), convencionalmente atribuída à agricultura” (MALUF, 2003, p. 136).

Nossa perspectiva é a de que o desenvolvimento rural, com base na multifuncionalidade da agricultura pretende que esta “atividade não [seja] direcionada apenas à pura competitividade de produção; [ela] desempenha um papel essencial para o desenvolvimento das áreas rurais ao preservar, por exemplo, os bens e tradições culturais”. (GALVÃO; VARETA, 2010, p. 61)

Diante do diagnóstico proposto, a identificação e seleção de propriedades/agricultores potenciais permitirão ao poder público a elaboração de novos programas e o aprimoramento dos já existentes, com maior eficiência e precisão nas ações voltadas à área da preservação ambiental, do turismo rural e da segurança alimentar. Na primeira etapa de desenvolvimento do projeto, ao qual esse artigo se refere, realizou-se

pesquisa documental que utilizou fontes de informação secundária disponíveis, como é o caso da Prefeitura Municipal, fazendo parte deste levantamento documentos oficiais, reportagens de jornal, dados disponibilizados na *web*, bem como material cartográfico impresso ou digital. Realizou-se um reconhecimento da área através de visitas, tendo como objetivo a observação e registro de informações de forma não sistemática, através de meios audiovisuais (fotografias e filmagens) e descrições inscritas em cadernos de campo.

A segunda etapa compreendeu elaboração, teste e aplicação de formulários de pesquisa junto à quase totalidade das 990 propriedades. Das visitas realizadas às propriedades rurais, obteve-se retorno de 550 entrevistados, sendo que o restante não foi localizado, as propriedades estavam fechadas ou os proprietários recusaram-se a atender o entrevistador.

Do formulário utilizado constam cinco grandes temas, definidos com base no sistema agricultura, segundo os elementos internos (proprietários/produtores e unidades produtivas), funcionais (sistemas produtivos) e de produção (produtos, produtividade, mercado, agroindústrias) relativos às famílias produtoras. No contexto externo, levantamos e tratamos das características econômicas, ecológicas, demográfico-culturais e políticas dos produtores familiares rio-clarenses. Apresentamos, neste artigo, algumas das informações referentes aos elementos internos que já foram inseridas em banco de dados e que nos permitem consultas e análises.

A paisagem rural de Rio Claro SP/BR caracteriza-se pela heterogeneidade e tem em seu interior usos que se contradizem, demarcados pela inserção na economia mundial, destacando o papel setorial do sistema agrícola como gerador da riqueza com a cultura da cana de açúcar, tendo, de outro lado, uma significativa pobreza, difícil de ser superada. Nessas circunstâncias, a urbanização, industrialização e terceirização fazem da cidade uma concorrente, tornando a área rural um local de moradia sem produção.

Diante disso, diagnosticar e analisar o rural concorrente da urbanização configura, também, um desafio.

Paisagem rural, multifuncionalidade e pequenas propriedades

As paisagens rurais são reflexos das mudanças que, ao longo do tempo, foram feitas pelo homem nas paisagens originais. Tais paisagens não são apenas condicionantes,

mas são continuamente transformadas pela atividade humana, a agricultura, em especial. Distintos sistemas agrícolas modernizados, em muitos casos, e mantidos tradicionais, em outros, foram responsáveis pela construção da paisagem rural, considerada, hoje, patrimônio, cuja importância também se relaciona à identificação de territórios. Essas paisagens, que desde sempre tiveram na agricultura o elemento central de suas dinâmicas, tornam-se cada vez mais diversificadas em suas atividades, produzindo um rearranjo do mundo rural.

Conforme aponta Moreira (2007, p. 117) “a paisagem é o ponto de partida metodológico, o plano da percepção sensível dos objetos e seu arranjo, que serão lidos e descritos”. É esse arranjo perceptível que buscamos desvendar, ler e descrever.

Não é nosso objetivo desenvolver um estudo teórico sobre a categoria paisagem. Sabe-se que na Geografia a paisagem, estudada por enfoques distintos, é o resultado da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, não é só o natural, mas inclui a existência humana. Tomamos a paisagem por ser o imediato que queremos compreender, distinguir.

A paisagem surge, simplesmente, quando o olhar de qualquer homem ou mulher se poussa sobre um território. A paisagem emerge então na sua materialidade através do filtro sócio-cultural da pessoa “olhando”. A partir deste olhar inicia-se um processo de representação no diálogo entre um sujeito que olha e o objecto olhado. Mas a paisagem não depende só do olhar, mas sim, de todos os sentidos que nos relacionam com o território. (GALVÃO; VARETA, 2010, p. 63)

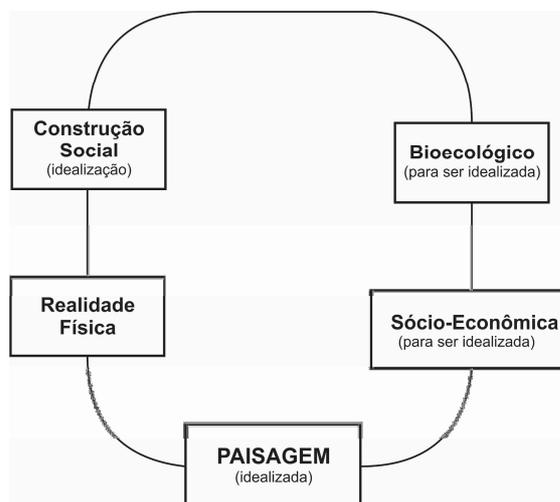
A paisagem rural estará diretamente ligada às transformações operadas pelo Homem através dos sistemas de uso do solo, agrícolas ou florestais. Com as mudanças desencadeadas nas áreas rurais, que deixaram de ser exclusivamente agrícolas em muitos espaços e passaram a sofrer a influência das cidades, pode-se considerar que “[...] cada paisagem [deixou] de ser exclusivamente relevante para a comunidade que nela vive ou viveu. [Ela passa a ser importante] para todos os seus outros utilizadores e aqueles que com ela se relacionam, eventualmente mesmo sem a ela se deslocarem, segundo novos modelos possibilitados e favorecidos pelo processo de globalização”. (PINTO-CORREIA, 2007, p. 4)

Sendo assim, com a realização do presente estudo buscou-se oferecer ferramentas com perspectiva ao desenvolvimento rural, procurando valorizar, além da agricultura, aspectos culturais, naturais e econômicos, oriundos de uma *paisagem* que representa o

modo de vida rural. Desse modo, reforçamos o entendimento da paisagem “[...] como simultaneamente uma realidade física e biológica e uma construção social ou cultural, [...]” (PINTO-CORREIA, 2007, p. 3) (Figura 2).

Sintetizando, temos que a paisagem rural resulta, então, das transformações realizadas pelo homem através dos usos da terra. Verifica-se, hoje, que a relação próxima e fechada que existiu durante milênios entre a paisagem, a comunidade que a habita e dela vive, e as atividades que essa comunidade desenvolve, marcou cada uma das partes, mas deixou de ser funcional no contexto agrícola. O resultado dessa relação, circunscrito na paisagem rural, ganhou um valor de consumo para os cidadãos que se distingue do valor de uso dos agricultores.

Figura 2 - Proposta para entendimento da Paisagem



Fonte: FERREIRA, ROMANATTO, MAIA, FERREIRA, 2012.

As paisagens rurais [...] ainda se identificam com os tempos em que a maioria da população familiar vivia da actividade agrícola. Desde os anos 1980, vai diluindo-se a relação outrora estreita entre a actividade produtiva agrícola e a construção e manutenção da paisagem. Nos momentos de hoje, marcados por mudanças sociais e territoriais aceleradas, a paisagem que gostamos de ver e sentir, com os seus sons e cheiros, é a paisagem do património natural e cultural, testemunha de um sistema de produção e de uma vida social já muito alterados. Mas esta paisagem está a fundir-se com “outra”, que vai surgindo ao ritmo da transformação da sociedade local, integrando cada vez mais elementos característicos da vida urbana: casas novas com os seus jardins bem cuidados, loteamentos, prédios, comércio atractivos, rotundas, etc. A paisagem rural patrimonializada e em recomposição também é o quadro de vida quotidiano da população local. (GALVÃO; VARETA, 2010, p. 64)

Neste contexto de mudanças que surge a noção de multifuncionalidade que vem representar também um esforço de rompimento com a ótica setorial da agricultura e enfatizar, principalmente, a heterogeneidade estrutural presente no espaço rural. No nosso entender, a noção de multifuncionalidade rural segue dois caminhos teóricos que norteiam as estratégias de políticas públicas (FERREIRA; MAIA, 2010).

O primeiro caminho está ligado às questões de estratégias de desenvolvimento local, principalmente em áreas onde a atividade agrícola perdeu sua posição central e ocorre a necessária criação de alternativas de sobrevivência para as pequenas propriedades. Trata-se de inserir a multifuncionalidade dentro das possibilidades que o espaço oferece para a instalação de “novas” atividades econômicas, aproveitando o capital sócio-cultural presente no espaço rural. Como exemplo desse enfoque, encontramos o conceito de multifuncionalidade da paisagem – MFP (GUIOMAR; FERNANDES; NEVES, 2008).

Embora a multifuncionalidade do espaço rural tenha surgido como paradigma das políticas agrícolas, o mesmo conceito aplicado à paisagem é mais abrangente, e pode ser explorado por muitos mais actores; dela se esperam novas funções dos vários utilizadores: os proprietários e os agricultores, os caçadores e os pescadores, os visitantes e os próprios habitantes... Baseia-se na reinterpretação do papel da agricultura para o desenvolvimento rural, e na mudança da função dos chefes de explorações, integrados cada vez mais no vasto grupo de gestores da paisagem, num espaço rural que além de espaço de produção é cada vez mais um espaço de consumo imaterial. (GALVÃO; VARETA, 2010, p. 67)

Conforme Pinto-Correia (2007, p.4 apud Groot, 2006) por “função entende-se os bens (removíveis) e serviços (não removíveis) suportados por uma paisagem e que respondem às necessidades, procuras e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo por isso valorizadas pela sociedade”.

A paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. A dimensão morfológica evidencia o conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana e permitirá que se avalie a organização das propriedades rurais em cada uma de suas realidades específicas. Na dimensão funcional se observará as relações entre suas diversas partes que compõem a paisagem. A paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias tendo, assim, dimensão simbólica.

Neste âmbito, a multifuncionalidade é utilizada como um conceito analítico, que permite proceder à avaliação das funções suportadas por uma determinada paisagem, num determinado momento, e de que forma essas funções se potenciam mutuamente ou estão em conflito. Sem esquecer, no entanto, que nos fundamentos da multifuncionalidade, encontram-se os dois sub-sistemas da paisagem: o material, com os seus objectos biofísicos ou arquitectónicos, e o mundo cultural da percepção e representação. (GALVÃO; VARETA, 2010, p. 67)

No segundo caminho conceitual, a multifuncionalidade está relacionada às estratégias de desenvolvimento sustentável originadas principalmente das questões ambientais da década de 80 do século XX, o que a literatura conclamou de multifuncionalidade da agricultura – MFA (CARNEIRO; MALUF, 2003). Então, fundamentados nas funções atribuídas à uma agricultura sustentável, concordando com Wanderley (2003), temos que os objetivos da multifuncionalidade ligada à agricultura familiar são: a reprodução socioeconômica das famílias rurais; a promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade; a manutenção do tecido social e cultural; a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

As quatro funções não se manifestam, igualmente, nos diferentes contextos socioespaciais ou territórios. A forma de manifestação de cada uma delas reflete aspectos particulares a cada contexto, assim como os territórios diferenciam-se quanto à presença simultânea de várias funções e à articulação que se estabelece entre elas. De todo modo, as quatro funções [...] constituem a principal referência para avaliação da multifuncionalidade da agricultura nos estudos de caso [...]. (MALUF, 2003, p. 137)

Decorrente das transformações apontadas anteriormente, o mundo rural em algumas áreas - onde a agricultura está em declínio como atividade central - com o objetivo de ampliar sua competitividade socioeconômica, busca por meio de diversos fatores uma segmentação de suas atividades com o objetivo de abarcar um mercado mais amplo.

Neste contexto, determinados espaços rurais procuram estratégias de desenvolvimento local pautadas, principalmente, em uma cooperação e um planejamento integrado entre os seus agentes e algumas empresas; estas estratégias conduzem à formação de redes que passam a operar nos espaços locais. Assim, a partir de melhorias nas condições de infraestrutura básica, propiciadas por estas redes, o espaço rural torna-se atrativo para determinados segmentos da população urbana, gerando novas fontes de renda e abrindo novas oportunidades de trabalho (SARACENO, 1994).

Devido ao seu objetivo principal - incentivar a garantia de uma relativa conservação ambiental e sociocultural – e dentro dos preceitos da conservação ambiental,

esta noção de multifuncionalidade está estritamente ligada ao Estado. Quando Carneiro e Maluf (2003) apontam que esta noção de multifuncionalidade “[...] rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos [...]” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19), podemos inferir o papel preponderante do Estado - órgão gestor e de fomento de políticas públicas- com relação ao conceito.

Reforçando esta concepção, temos duas questões que ressaltam a importância do papel do Estado. A primeira de caráter social, ligada a agricultura familiar, na qual a aplicação da multifuncionalidade nas unidades familiares rurais auxilia na “[...] passagem do agrícola para o familiar e rural [...]” (CARNEIRO, 2003, p. 20). Outra questão se refere à geração de bens públicos - principalmente segurança alimentar e preservação dos recursos naturais -, permitindo a ampliação do foco de análise para além da noção de pluriatividade, que se limitava apenas aos bens privados.

Escolher a multifuncionalidade como fundamento norteador do desenvolvimento local e rural significa trabalhar com um importante elemento de suporte à decisão. Seu emprego permite esquadrihar como se integram as diferentes funções do espaço rural numa lógica de gestão do território que se concretiza através de práticas espaciais.

Em nosso estudo, por ainda não termos elementos que indicassem a dimensão econômica e a humana nas propriedades, optamos pela dimensão física (área) para definirmos nosso objeto empírico. Pautando-se no módulo fiscal do município de 14 ha e estabelecendo 4 módulos como limite de área, selecionamos os minifúndios e pequenas propriedades (BRASIL, 1980) até 50 ha para estudo, lembrando ainda que é neste extrato que encontramos o maior número de propriedades, ou seja, no contexto da área rural do município de Rio Claro-SP são as propriedades de até 50 ha que predominam.

As pequenas propriedades de até 50 ha formaram um conjunto diverso de formas de ocupação que estão diretamente relacionadas ao espaço físico nas quais estão assentadas. São arranjos que ficam evidentes na paisagem, ora homogênea, dominada pela cana de açúcar, ora diversa, dividida entre pastagens, cultivos anuais, ocupações não agrícolas.

Neste artigo, caracterizamos um grupo social específico formado por agricultores/proprietários do município de Rio Claro, interior do Estado de São Paulo, na

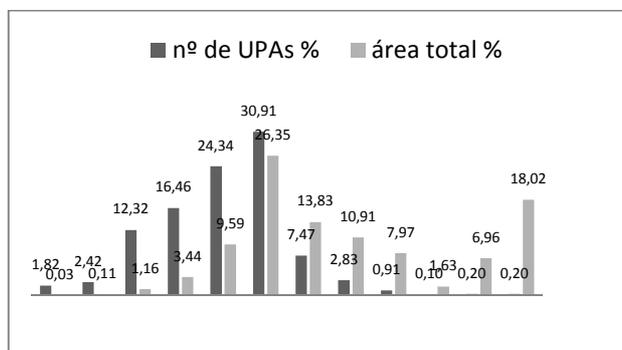
região Sudeste do Brasil. Privilegiamos, aqui, os elementos internos “formados por três subsistemas: social, funcional e de produção; onde o primeiro permite a caracterização do operador, o segundo engloba os mecanismos de transformação, e o terceiro é, essencialmente, o *output* e o objetivo do sistema” (DINIZ, 1984, p. 57).

Com base nesses pressupostos, os dados pesquisados neste estudo de caso permitiram identificar que as propriedades rurais de Rio Claro (SP) com até 50 hectares são unidades produtivas que estão envolvidas em contextos de agricultura tradicional (como produtoras de alimentos), de pluriatividade (turismo rural e o assalariamento dos jovens na cidade) e de multifuncionalidade (preservação/lazer/moradia/segurança alimentar). Trata-se de um processo social plural, que permite o reconhecimento de processos pluriativos e multifuncionais assimiladores de atividades não agrícolas como partes do próprio mecanismo social da agricultura em pequenas unidades de produção. Se a atividade agrícola não é mais suficiente para garantir a satisfação de suas necessidades, a família buscará outras formas, mesmo as não agrícolas.

Vitalidade e desfalecimento da pequena propriedade

De acordo com Projeto LUPA - Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo - de 2007-2008 há no Município de Rio Claro-SP aproximadamente 990 unidades de produção agropecuária, ocupando uma área de aproximadamente 37.027 hectares. Do total de unidades, 874 medem entre 0,1 ha e 50 ha. A Figura 3 indica como está organizada a estrutura fundiária do município.

Figura 3 - Estrutura fundiária do município de Rio Claro/SP/BR - propriedades e área em hectares %

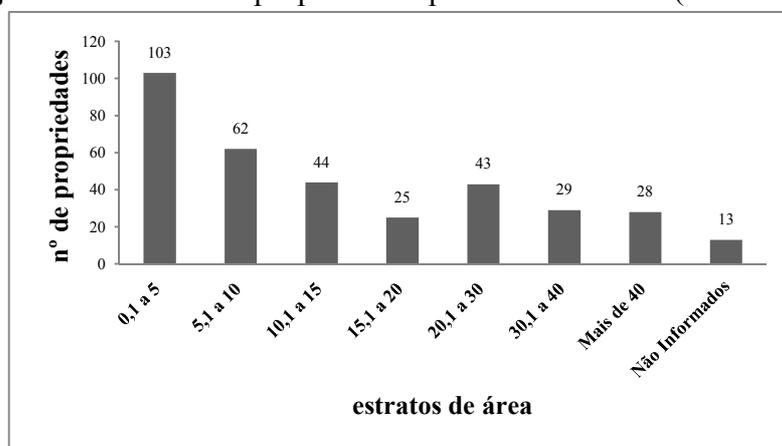


Fonte: Dados do LUPA 2007-2008, organizados por FERREIRA, D.A.O., 2012.

A exemplo da organização da estrutura fundiária no conjunto do Brasil, no município de Rio Claro-SP também há uma forte concentração da propriedade territorial rural. Basta observar que, aproximadamente 70% dos proprietários ocupam 39%, enquanto somente 0,40% deles detêm 25% das terras do município.

Como parte de nossa pesquisa, apresentamos neste artigo a análise de 347 propriedades com tamanho de 0,1 a 50 ha. O total de propriedades foi dividido em estratos de área, conforme a Figura 4. São as menores propriedades que dominam no grupo estudado, como já havíamos demonstrado para o conjunto do município.

Figura 4 - Número de propriedades por estrato de área (em hectares)



Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

Apointa-se que as unidades de até 10 hectares representam 47% do total pesquisado. Elas evidenciam um processo de divisão da terra quando observamos as formas de obtenção da terra, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1- Formas de obtenção da propriedade

Propriedade obtida por	Frequência
Aluguel	5
Arrendamento	7
Assentamento	4
Compra	191
Compra/Herança	7
Doação	5
Herança	110
Outros	3
Troca	1
Usucapião*	1
Sem Informação	13

* Direito à posse de um imóvel em decorrência do seu uso por um determinado tempo.

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

Verificamos, então, que compra e herança são as formas mais comuns de obtenção da terra entre os pesquisados. Encontramos propriedades cujos proprietários e famílias estão na terra há mais de 200 anos, havendo edificações que demonstram isso (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Antiga estação ferroviária – início do século XX



Fonte: FERREIRA, D.A.O., 2011

O complexo relacionamento entre os valores patrimoniais e as valências da vida quotidiana contribui para o facto de a paisagem ser um potente construtor de identidades para os habitantes dos espaços rurais. Assim, nas paisagens rurais, articulam-se [em] recursos identitários: [...] histórico-culturais, ligados à matriz histórica do território, onde se lê a espessura do tempo através de um sistema de objectos, geralmente edifícios e monumentos. (GALVÃO; VARETA, 2010, p. 64-65)

Figura 6 - Casarão do período do café – Barão de Grão Mogol – século XIX



Fonte: FERREIRA, D.A.O., 2011

As imagens apresentadas ilustram elementos da paisagem rural de Rio Claro, como recursos histórico-culturais que demarcam períodos da agricultura cafeeira, constituindo um complexo rural baseado na economia natural. A grande produção cafeeira se organizava no formato de grandes fazendas:

No interior das fazendas produziam-se não só as mercadorias agrícolas para exportação mas também manufaturas, equipamentos simples para produção, transportes e habitação. [...] A dinâmica do complexo rural era muito simples. Havia geralmente um produto de valor comercial em todo circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo (SILVA, 1998, p. 5 e 7).

Das propriedades averiguadas identificou-se que o tempo de pertencimento à família é variado. A Tabela 2 traz um demonstrativo desse fato.

Tabela 2 - Tempo de posse da propriedade

Nº de anos	Frequência
Menos de 1 ano	13
De 1 a 19 anos	133
De 20 a 49 anos	86
De 50 a 99 anos	60
De 100 a 150 anos	25
+ de 150 anos	1
Não informado	29

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

A tabela 2 permite observar que há variações perfazendo meses e até mesmo mais de dois séculos, indicando a presença, na área rural de Rio Claro, tanto de famílias tradicionais como daquelas recém-chegadas ao campo. O tempo de posse da propriedade pela família, no grupo pesquisado, referenda a ideia de existir entre elas um potencial no que se refere à transmissão do patrimônio cultural. Se a produção agrícola já não é a principal atividade desenvolvida pela família, como descrito mais adiante, a história do lugar e a religiosidade (Figura 7) são preservados ao longo das gerações que mantêm a propriedade.

O município de Rio Claro tem como tradição dividir sua área rural em porções geográficas, não institucionalizadas, mas que são definidoras de territórios específicos, com festas locais e religiosas, encontros para jogar futebol, bocha etc. A Cachoeirinha, o Sobrado, o Bairro dos Lopes, a Mata Negra, Itapé, Batovi, são nomenclaturas comuns aos frequentadores do meio rural e que permitem, quando citados, a identificação de uma área específica. Trata-se de um elemento cultural tradicional e que está muito ligado às famílias com propriedades nessas localidades. “As diferenças, as especificidades do *campo*⁴, permanecem e possuem tanto um carácter objetivo (são espaciais, são econômicas, são sociais, são culturais e são políticas) como uma natureza subjectiva e simbólica (nas representações sociais)”. (FIGUEIREDO, 2011, p. 15)

Figura 7 - Reverência aos Santos Padroeiros

Fonte: MELO, T.S.M., 2011)

Outro aspecto a ser considerado, e que também corrobora para evidenciar a tradição e a longevidade das famílias no campo, é o fato de a maioria dos agricultores ser originária de Rio Claro-SP (Tabela 3).

Tabela 3 - Naturalidade dos proprietários

Local de nascimento*	Frequência
Rio Claro	176
Região de Governo de Rio Claro	19
Estado de São Paulo	73
Outros Estados	56
Não informado	23

* Os locais são listados seguindo da escala local à nacional.

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

Como vimos, em geral, o acesso à terra se deu por meio de herança familiar ou por aquisição comercial. A migração dos proprietários para o município se deu em duas escalas: primeiramente, encontramos proprietários cujo nascimento se deu em municípios da região de governo de Rio Claro ou bem próximo a ele; outro nível é dado por proprietários oriundos de outros Estados e, nesse caso, isso corresponde a um deslocamento de pessoas, particularmente da região nordeste do país, que migraram para o Estado de São Paulo nas décadas de 1960 e 1970, e tiveram Rio Claro como destino. É importante lembrar que, levando-se em consideração a hierarquia urbana, Rio Claro é considerado um centro sub-regional no contexto do Brasil, o que faz do município um ponto de atração, e justifica a presença de proprietários com nascimento em outras localidades.

Quanto à idade da população por nós estudada, a Tabela 4 aponta uma tendência de envelhecimento, mas, por outro lado, evidencia a permanência de um grupo de jovens e adultos com idade entre os 20 e 30 anos. A questão que se coloca é a perspectiva para a população jovem de viver no campo e trabalhar na agricultura. Não sendo vislumbradas melhores condições de vida no meio rural, e, em especial na agricultura, a tendência da população jovem é migrar para os centros urbanos mais próximos.

Contudo, em longo prazo essa migração de jovens das áreas rurais para a cidade pode comprometer o futuro político e social da agricultura de base familiar. “Uma marca importante é o despovoamento crescente e o envelhecimento, assim como a urbanização, nomeadamente das atividades, hábitos, comportamentos, estilos de vida e aspirações. [...] Para alguns temos hoje um rural ‘produzido’, moldado a partir de novas procuras de origem urbana.” (CRISTOVÃO; MEDEIROS; MELIDES, 2011, p. 177-178)

[O] mundo rural é um palco imenso onde se desenrolam todas as representações do mundo actual, das mais paroquiais e populares às mais cosmopolitas e sofisticadas. [...] trabalhamos mais com representações do mundo rural, quase todas de inspiração urbanas, do que o mundo rural propriamente dito.” (COVAS, 2007, p. 153)

Tabela 4 - Faixa etária dos membros da família

Faixas etárias	Frequência
0 - 1	11
1 - 5	60
5-10	71
10-15	92
15-20	81
20-30	197
30-60	57
+ de 60	229
Não informado	4

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

O envelhecimento da população, em geral, e especificamente da força de trabalho, é uma realidade do campo no município, com os jovens deixando as propriedades rurais de suas famílias e partindo em busca de trabalho nas cidades da região. Situação, esta, motivada por inúmeros fatores: socioeconômicos, culturais e educacionais.

Isso posto, vale chamar a atenção para as distâncias médias entre as propriedades e o centro urbano do município de Rio Claro-SP – considerado, como salientamos, polo de atração regional. A Tabela 5 mostra a distância das propriedades ao centro da cidade. Já a Tabela 6 informa sobre o serviço de transporte coletivo na área rural.

Tabela 5 - Distância da propriedade à cidade

Distância em km	Frequência
1 - 5	42
5,1 - 10	88
10,1 - 15	79
15,1 - 20	52
20,1 - 25	38
+ de 25	12
Não informado	36

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

São 37% das propriedades estudadas que distam em até 10 km do centro da cidade. Entre outras, essa proximidade chama atenção para duas questões. A primeira é o fator de atração que a cidade representa para os jovens como *locus* para desenvolverem atividades não agrícolas, desvinculadas da propriedade, em tempo parcial ou integral, mas retornarem diariamente ou semanalmente à propriedade dos pais, ou até – no limite – abandonarem de vez o campo e a atividade agrícola, caso não consigam vislumbrar aí um futuro de vida melhor que a realidade de seus pais.

A segunda questão é paradoxal à primeira, porém não a exclui. Essa proximidade pode facilitar o escoamento da produção agropecuária, a implantação de infraestruturas como energia elétrica, postos de saúde, escolas, transporte coletivo etc. e, com isso, oferecer melhores perspectivas de vida para a população rural, especialmente os jovens que, no caso em análise, logo assumirão o lugar dos pais.

Nesse caso, a elaboração de políticas públicas é de fundamental importância para potencializar essa infraestrutura, visando criar melhores perspectivas e condições de vida não só para a população jovem, mas, também, para os idosos. Essa proposição é relevante, principalmente ao se levar em conta que entre dez e vinte quilômetros do centro urbano localizam-se mais da metade das propriedades.

Tabela 6 - Tipos de transporte coletivo próximo à propriedade

Linhas de ônibus próximas à propriedade	Frequência
Escolar	234
Escolar/Empresa	1
Escolar/Interurbano	6
Escolar/Urbano	27
Escolar/Urbano/Interurbano	2
Interurbano	10
Urbano	20
Urbano/Interurbano	6
Urbano/Suburbano	1
Não tem	40

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

Além dessa proximidade física entre as propriedades rurais e o centro urbano, há certa facilidade de deslocamento dos agricultores entre um espaço e outro. O levantamento realizado indicou que quase a totalidade possui transporte próprio. A principal característica identificada (Tabela 6) é a presença do ônibus escolar, que percorre as mais diferentes áreas na zona rural, transportando crianças e adolescentes para instituições de ensino no perímetro urbano e na própria zona rural, tendo em vista a

existência de uma escola agrícola municipal. Trata-se de uma política do município que objetiva a capacitação dos jovens rurais para o trabalho nas propriedades de seus pais.

Destacam-se, ainda, os percentuais elevados relativos à posse de veículos automotores como caminhonetes, demonstrados no item “mais de um meio de transporte”. Nesse item os agricultores declararam ter, além do automóvel convencional, peruas, caminhonetes e motos. Em geral, a moto é utilizada basicamente por jovens quando se dirigem à cidade para realizar atividades produtivas, ou, ainda, atividades de lazer nos finais de semana. Já as “peruas” e caminhonetes são mais utilizadas no escoamento da produção agrícola para feiras, quitandas e mercados, e, também, para o lazer.

Emerge, nesse contexto, a proposta integradora de *multifuncionalidade da paisagem*. Esta passa a compreender várias funções e, conseqüentemente, vários atores - os proprietários e agricultores que exploram a terra, aqueles que desenvolvem atividades econômicas com base na paisagem para turismo, recreio etc., os moradores definitivos ou temporários e as indústrias, em diferentes escalas. A área em estudo apresenta uma paisagem rural na qual todos estes atores sociais estão presentes e cujo espaço rural vai se organizar tendo em vista funções diversas como veremos.

O grupo entrevistado foi constituído por 227 mulheres e 120 homens. A situação de cada um em relação à propriedade encontra-se demonstrada na Tabela 7.

Tabela 7 - Situação do entrevistado

Situação do entrevistado	Frequência
Administrador	4
Amigo	3
Arrendatário	11
Caseiro	77
Empregado	9
Inquilino	7
Membro da Família	47
Morador	2
Proprietário	183
Sócio	1
Outros	2
Sem Informação	1

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

Detectou-se a presença de dois atores muito tradicionais em espaços rurais de urbanização avançada, as figuras do proprietário absenteísta e do caseiro. A presença do proprietário nas unidades de produção e de membros da família se contrapõem aos quase 23% de caseiros, trabalhadores que tem como função cuidar da propriedade, em alguns casos

exercendo funções agrícolas, em outros apenas cumprindo a função de um segurança para a propriedade, podendo nela viver e recebendo, por isso, um salário. Encontramos, ainda, moradores e inquilinos que utilizam as propriedades como moradia. Vale salientar, igualmente, que por ter a cana de açúcar como importante cultivo comercial, no município, a presença do arrendatário fica justificada.

Das atividades apontadas pelos entrevistados podemos destacar três grandes grupos: os agricultores/pecuaristas, os empresários e os aposentados (Tabela 8).

Tabela 8 - Principal atividade/proprietário

Principal atividade do proprietário	Frequência	Principal atividade do proprietário	Frequência
Açougueiro	1	Empresário (ETEL)	1
Administrador	2	Empresário (extração de água mineral)	1
Advogado	5	Empresário (fábrica de estampa para cerâmica)	1
Agricultura	53	Empresário (fábrica de plástico)	1
Agricultura (café)	1	Empresário (fabrica plástico)	1
Agricultura (cana e laranja)	1	Empresário (indústria)	1
Agricultura (cana)	7	Empresário (madeira)	1
Agricultura (cuida do sítio)	1	Empresário (parque de diversões)	1
Agricultura (horticultura)	3	Empresário (pesque pague)	4
Agricultura (laranja)	1	Enfermeiro	1
Agricultura (manga)	1	Engenheiro agrônomo	1
Agricultura (milho)	2	Engenheiro civil	1
Agricultura (reflorestamento)	1	Esteticista	1
Agricultura (sitiantes)	1	Fiscal federal	1
Agropecuária	7	Fotógrafo	2
Agropecuária (citricultura/pecuária/milho)	1	Frotista de caminhão	1
Agropecuária (gado/mandioca/amendoim)	1	Funcionário público	2
Agropecuária (leite/cana)	1	Imobiliária	1
Apicultura	1	Logística - Expresso Limeira	1
Aposentado	57	Mecânico	5
Aposentado/trabalhador rural	1	Médico	4
Arrendamento da propriedade	1	Micro empresário	2
Assalariado	1	Micro empresário (fibra de vidro)	1
Assalariado urbano	6	Morador (sem atividade na propriedade)	5
Assalariado urbano (cerâmica)	3	Motorista e administrador	1
Assistência social	1	Olaria	10
Assistente administrativo	1	Olaria/pecuária	1
Autônomo	4	Orquidário	1
Avicultura	9	Pecuária	22
Avicultura (frango de corte)	1	Pecuária (gado de corte)	2
Caminhoneiro	1	Pecuária (gado de corte e leite)	3
Carvoaria	1	Pedreiro	2
Caseiro	1	Porteiro	2
Comerciante	11	Prestador de serviços gerais	2
Comerciante (calçados)	1	Produção (frutas)	1
Comerciante (carros)	1	Professor	1
Comerciante (farmácia de manipulação)	1	Professor universitário	2

Confecção de roupas	1	Professor/empresário	1
Construção civil	2	Sem atividade	3
Criação de cavalos	2	Sem atividade (moram na Inglaterra)	1
Desempregado	1	Silvicultura (eucalipto)	2
Despachante	1	Silvicultura/pecuária	1
Diretor de empresa	1	Tabelião	1
Diretor de faculdade	1	Técnico agrícola	2
Dona de casa	5	Telefonista	1
Eletricista	3	Trabalhador rural	4
Empresário	2	Vendedor (frios)	1
Empresário (cerâmica)	3	Não informado	25

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

Enfatiza-se que a diversidade de atividades e sua vinculação à cidade justifica o fato de encontrarmos em Rio Claro/SP/BR propriedades sem nenhum tipo de utilização econômica, cuidadas pelos caseiros e para as quais as famílias se dirigem, esporadicamente, nos finais de semana.

Conforme apontado por PEREIRA (2004, p. 40),

[...] no caso dos pequenos proprietários, sejam as atividades organizadas ou não a partir do núcleo familiar, a tendência é que as atividades não-agrícolas coexistam simultaneamente às atividades agrícolas, sendo que uma delas pode ser a principal em termos de geração de renda para a família. No caso do município de Araraquara-SP, bem como de municípios gaúchos, catarinenses, e em regiões da França, etc. a principal atividade é a agricultura. Esse dado revela que a agricultura familiar não é um fenômeno típico ou exclusivo de uma região. Além disso, contrariando as perspectivas de Kautsky, o seu vigor é constatado em regiões onde o capitalismo agrário já se encontra bastante desenvolvido.

A aposentadoria, por outro lado, garante a muitas famílias rurais um rendimento mínimo, que permite a satisfação de necessidades imediatas. Uma atividade que merece destaque é a olaria (produção artesanal). Em períodos passados, era traço marcante nas pequenas propriedades do município a produção artesanal de telhas e tijolos para residências. Os interessados na compra procuravam diretamente a propriedade e faziam suas encomendas. Com a concorrência da produção industrial essa atividade restringiu-se numericamente.

A falta de produção nas propriedades também é um aspecto que vem chamando a atenção, apesar de existirem, no município, programas como o PAA - Programa Nacional de Aquisição de Alimentos e PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, já implantados, bem como programa vinculado à dinamização da agricultura orgânica com certificação. Atividades específicas como a apicultura e a produção de aguardente criaram

associações e produtos já comercializados com marcas próprias e que se organizam em cadeias produtivas de bom desempenho.

Algumas associações de produtores do município estão envolvidas nos programas citados e vêm conseguindo importantes progressos. São elas a Associação dos Agricultores Familiares de Rio Claro e Região e a APIRC – Associação dos Apicultores de Rio Claro, sendo que esta vem de uma recente e importante vitória que possibilitou a inclusão do mel na lista dos produtos destinados à alimentação escolar, por meio do PNAE. Porém, quando comparado ao número total de agricultores do município, o número de produtores que participam dos programas se revela pequeno, situação que pode ser reflexo da pouca divulgação a respeito dos programas, da ainda insuficiente organização dos produtores ou da própria descrença na efetiva atuação do poder público, gerando um quadro que demanda tempo e um intenso trabalho para ser revertido, já que a descrença com relação ao poder público está arraigada na cultura de gerações de agricultores.

Tal contexto faz com que muitos agricultores familiares já não consigam produzir e gerar renda nem mesmo para o seu sustento, sendo, então, obrigados a buscar fora da propriedade o sustento da família. Nesses casos, o campo passa a se constituir apenas como local de moradia.

Para além da produção agrícola, algumas regiões rurais do município (assim chamadas pelos moradores locais) apresentam características particulares interessantes ao turismo, como é o caso da Mata Negra, do entorno do Distrito de Ferraz, da Fazenda Velha e do Campo do Cocho. Além disso, possíveis atrativos para o turismo rural encontram-se espalhados por toda a área rural do município, como é o caso de pesqueiros, haras e chácaras de veraneio.

A área situada às margens do Rio Passa Cinco - que marca a divisa do município de Rio Claro com o de Ipeúna - também pode ser interessante ao turismo pela ocorrência de “prainhas” que, inclusive, já são frequentadas por visitantes nos fins de semana (Figuras 8 e 9). Também situadas às margens do rio, há propriedades que, inclusive, apresentam alguma infraestrutura destinada a receber visitantes, como ranchos e chalés.

Figura 8 – Lazer campesino

Fonte: FERREIRA, D.A.O., 2011

Figura 9 - Água para o lazer

Fonte: FERREIRA, D.A.O., 2011

Ao Norte do município de Rio Claro, encontramos construções antigas no Distrito de Ajapi, tradicionalmente rural e conhecido por suas festas típicas e religiosas, como é o caso da Sede da Fazenda Angélica e o casarão do Barão de Grão Mogol, a Igreja e o Centro Comunitário que se enquadram como atrativos históricos, culturais e arquitetônicos (Figura 10). Até hoje o local serve de inspiração para várias lendas e contos em relação ao barão e à baronesa, sendo mantido, inclusive, seu túmulo em meio ao canal. O Centro Comunitário e a Igreja sediam festas, principalmente de caráter religioso (quermesses e festas juninas). Há na região, também, a construção de um hotel fazenda e diversas chácaras destinadas ao lazer. O Distrito de Ferraz e seu entorno apresentam inúmeras propriedades com construções de arquitetura antiga e fortemente simbólicas na história do município.

Figura 10 - Patrimônio arquitetônico e religioso

Fonte: FERREIRA, D.A.O., 2011

Apesar de existirem espaços naturais para aproveitamento turístico, também se encontra, no município, atividades que lesam o meio ambiente, como as carvoarias (Figura 11).

Figura 11 – Carvoarias

Fonte: FERREIRA, D.A.O., 2011

Outra forma de ocupação e utilização da terra, observada no município, são as propriedades utilizadas apenas para atividades de lazer. Na maioria dos casos a terra em tais propriedades não é utilizada para a produção agrícola, ou a produção destina-se apenas para o autoconsumo, sendo encarada, também, como uma atividade de lazer ou terapêutica, e não uma fonte de renda. De modo geral, nessas propriedades vivem apenas os caseiros, ou não há moradores. Os proprietários se deslocam da cidade para o campo aos finais de semana, buscando tranquilidade e um maior contato com a natureza.

Relatos de violência com roubos a propriedades e agressão a moradores são frequentes, sendo que a quase totalidade dos entrevistados revela já ter sofrido algum tipo de violência dentro de suas próprias residências. O policiamento na área rural se mostra extremamente ineficiente, sendo que, em muitos casos, a polícia não se desloca até o local quando acionada, seja por dificuldade de acesso e/ou negligência.

O péssimo estado de conservação das estradas rurais é uma constante, dificultando a locomoção na própria área rural, o escoamento da produção e, principalmente, o acesso à cidade e aos serviços essenciais nela oferecidos como saúde e educação.

Nesse contexto, encontramos nas propriedades pesquisadas moradores em distintas situações, como demonstra a Tabela 9.

Tabela 9 - Residentes na propriedade

Tipos de residentes	Frequência
Administrador	1
Amigo do proprietário	2
Arrendatário	6
Arrendatário e família	5
Casa para lazer	2
Caseiro	67
Caseiro e Família	27
Caseiro e Inquilino	1
Caseiro/Empregados	1
Empregados	11
Inquilino	12
Internos e Funcionários (instituição)	1
Membros familiares	13
Morador	2
Proprietário	37
Proprietário e Família	117
Proprietário e Família/Caseiro	1
Proprietário e Família/Empregados	1
Proprietário/Caseiro	3
Sem morador (empresa)	1
Sem morador (propriedade vazia)	22
Sem Informação	14

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

Do total pesquisado, em aproximadamente 50% das propriedades o proprietário e sua família estão presentes; depois disso, o morador mais frequente é o caseiro com sua família. Temos, então, uma situação na qual não há dúvida de que a proximidade e o acesso fácil à cidade fazem do meio rural em Rio Claro/SP/BR um local no qual a produção agrícola está restrita.

Seguindo os padrões de multifuncionalidade detectados em outras partes do Brasil e do mundo, é possível dizer que ela está presente no município, principalmente no que se refere à função do espaço rural como local de moradia e de lazer.

A dispersão da população pelo campo, aliada à ausência de moradores em muitos locais, faz a sociabilidade nos distintos bairros rurais de Rio Claro ser quase inexistente. Isso fica comprovado pelos tipos de relações sociais mantidas com a vizinhança, apontadas pelos entrevistados (Tabela 10).

Tabela 10- Relação com a vizinhança

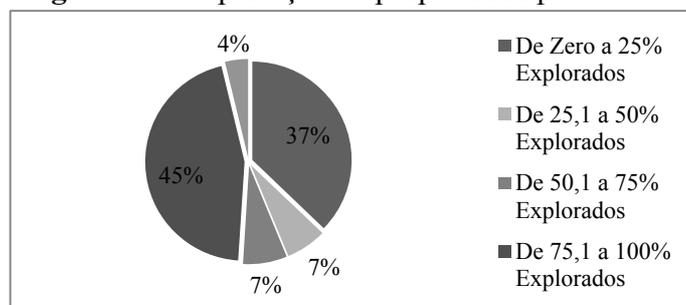
Relação com a vizinhança	Frequência
Amizade	225
Amizade/Compadrio/Parentesco	2
Amizade/Parentesco	39
Compadrio	1
Conhecidos/Clientes	1
Parentesco	51
Sem Informação	4
Parentesco/Compadrio	1
Sem Relação	23

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

A tabela 10 permite observar que as relações de amizade e parentesco são as mais frequentes e refletem o campo vazio de Rio Claro. Relações de compadrio, frequentes em outros momentos históricos, se diluíram com o passar do tempo pelo fato de não haver um contato direto e frequente, que era dado pela presença da produção agrícola, principalmente em momentos de colheita quando a troca de dias de trabalho e de produtos se constituía em práticas típicas das famílias rurais. A amizade existe, independentemente de se estar residindo no campo ou na cidade, por isso ela persiste como a relação mais frequente.

Outro reflexo dessas relações é o fato de não haver nenhum tipo de exploração na propriedade como se pode observar pela Figura 13.

Figura 13 - Exploração da propriedade pela família



Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

É essencial ressaltar que, das 347 propriedades pesquisadas, aproximadamente a metade delas usam toda sua disponibilidade de terras em cultivos ou criações (Tabelas 11 e 12), em contrapartida aos 37% que utilizam apenas $\frac{1}{4}$ da propriedade.

Tabela 11 - Tipos de cultivos e exploração animal

Tipos de cultivos	Frequência
Arroz	12
Cana de açúcar	145
Feijão	16
Frutas	128
Hortaliças	46
Legumes	65
Mandioca	155
Milho	89
Silvicultura	56

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

Tabela 12 - Tipos de cultivos e exploração animal

Tipos de exploração animal	Frequência
Avicultura	83
Bovinocultura	195
Apicultura	5
Suinocultura	40
Sericicultura	1
Ovinos	10
Equinocultura	45
Piscicultura (tanques)	11
Outros	3
Não informado	254

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

A situação demonstrada pelas tabelas 11 e 12 reflete o que encontramos no campo, propriedades vazias ou semiutilizadas para atividades agrícolas. Políticas governamentais específicas devem ser direcionadas para isso, se o objetivo do município for incentivar a produção agrícola como vem acontecendo com os programas já adotados. Os excedentes produzidos e as produções voltadas diretamente para o mercado são destinados às feiras, supermercados, varejões, granjas, usinas e destilarias, merenda escolar, banco de alimentos, restaurantes e hospitais.

No que se refere ao potencial das atividades agrícolas e não agrícolas, no município de Rio Claro-SP, constatamos a presença de famílias pluriativas⁵, nas mais diferentes situações. Do total das propriedades pesquisadas, em 131 delas encontrou-se membros da família realizando atividades não agrícolas, desde aquelas que o fazem para satisfazer necessidades emergenciais; para encontrar alternativas à falta de

financiamento; em resposta aos estímulos de políticas públicas locais, bem como para capitalizar sua propriedade ou, ainda, resistir ao processo de modernização excludente, em voga no campo brasileiro. Os filhos trabalhando fora da unidade de produção é o tipo mais frequente. A Tabela 13 explana o cenário relativo à pluriatividade das famílias.

Tabela 13 - Atividades não agrícolas nas famílias rurais de Rio Claro

Atividades não agrícolas	Frequência	Atividades não agrícolas	Frequência
Agente comunitário	1	Guincheiro	1
Ajudante geral	2	Indústria	1
Artesão	1	Locação	2
Autônomo	3	Logística	1
Auxiliar de escritório	1	Lustrador de móveis	1
Auxiliar de produção	1	Mecânico	2
Balconista	4	Médica	1
Bancário	1	Metalúrgico	1
Borracheiro	1	Microempresário	1
Cabeleireiro	2	Montagem	1
Caminhoneiro	1	Motorista	5
Carreto	1	Olaria	21
Carvoaria	1	Operador de máquina	6
Cerâmica	7	Operário	7
Comerciário	12	Pedreiro	11
Costureira	1	Pintor	3
Diarista	3	Porteiro	3
Doméstica	13	Prestador de serviços agrícolas	2
Eletricista	6	Produção de queijo	1
Eletricista;encanador	1	Professora	4
Empresário	3	Psicóloga	1
Empresário (ceramista)	1	Recepcionista	1
Encarregado	1	Reciclagem	1
Encarregado de empilhadeira	1	Representante comercial	1
Engenheiro	1	Segurança	3
Entregador	1	Técnico em edificações	1
Escola	1	Telefonista	1
Escritório	1	Torneiro	1
Estagiário	2	Transportadora	1
Extração (areia)	1	Usina	1
Fisioterapeuta	1	Vendedor	2
Frigorífico	2	Outras	26
Funcionário público	4	Não responderam	50

Fonte: Os autores com base no trabalho de campo (2011)

A prática de atividades não agrícolas está presente entre nossos entrevistados e é característica nas famílias pesquisadas. Em apenas 50 do total de 347 não encontramos membros realizando atividades não agrícolas, em sua maioria, fora da propriedade. Esse aspecto é importante quando consideramos que o município de Rio Claro é urbano-

industrial, com economia voltada para os setores industrial e serviços. Esta característica faz da zona rural uma área de pouca ocupação agrícola, bastante vazia e quando olhamos para a renda obtida com tais atividades, constatamos que ela é destinada ao consumo familiar (33%), ou seja, a complementação de renda é necessária e são chefes de família e filhos que as realizam.

Considerações Finais

O debate sobre o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais se consolida a partir da tendência de combinação de três elementos: o econômico, o ambiental e o social. Cada um deles tem função específica que envolve a produção, gestão e integração com vistas ao mercado, ao território e à sociedade. “Num contexto de exigência crescente, o desenvolvimento rural terá, assim, de assentar numa actividade agrícola e florestal economicamente competitiva, ambientalmente equilibrada e socialmente atractiva.” (GALVÃO, VARETA, 2010, p. 75)

Pode-se inferir que a consolidação de tal modelo de desenvolvimento tem na multifuncionalidade da agricultura um aporte racional possível e com variados benefícios, não só para a comunidade rural como para os cidadãos.

Como destacado objetivamos no presente artigo apresentar elementos que caracterizam o espaço rural do município de Rio Claro-SP com vistas ao seu potencial multifuncional.

A paisagem rural por nós estudada consolida-se como o resultado das atividades humanas (construção social) que ao longo do tempo foi condicionada pelas condições naturais existentes no município que permitiram em alguns locais a manutenção das tradições culturais, a criação de mercados locais de produtos (feiras de produtores familiares). Por outro lado, em outras porções do território municipal pode-se identificar possibilidades de benefícios e pagamento por serviços ambientais com uma regulação hidrológica. Além disso, a produção agrícola realizada por famílias agricultoras garante segurança alimentar, alimentos de qualidade e a preços acessíveis.

Deve-se ressaltar que a paisagem rural de Rio Claro-SP tem as atividades humanas desenvolvidas por grupos sociais distintos: proprietários de terras ausentes, proprietários agricultores e proprietários moradores, familiares ou não; agricultores

arrendatários; caseiros; parceiros; empresas industriais e mineradoras. Temos um espaço diverso no contexto paisagístico e social e, conseqüentemente, diverso nos interesses.

Nossa reflexão sobre os resultados empíricos dessa pesquisa indica que a agricultura familiar pode se configurar como um tipo de economia local. No entanto, sua eficácia está subordinada a arranjos institucionais e à elaboração de projetos políticos voltados para o pequeno agricultor.

Ela deve ser pensada também a partir de aspectos estruturais como a reprodução social do grupo familiar ou a maior capitalização de sua propriedade, a partir da concepção de projetos individuais e coletivos para os membros das famílias. Além disso, ela deve ser investigada na esteira dos processos políticos e ideológicos que orientam as formas sociais de produção no meio rural.

Notas

¹ Texto originalmente apresentado no 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Águas de Lindóia, 2012. Projeto financiado CNPq – Processo nº 400541/2010-6 Vigência: 08/2010 a 08/2012 e desenvolvido junto ao NEA- Núcleo de Estudos Agrários do DEGEO-IGCE-UNESP/Rio Claro.

² A Secretaria da Agricultura do Município de Rio Claro está envolvida nos programas governamentais Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA tem como objetivo a promoção do abastecimento alimentar local através dos produtos oferecidos pela agricultura familiar, como estratégia de combate à fome e à desnutrição. A Secretaria vem atuando, também, na modalidade *Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea*, que se caracteriza pela aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, de origem agrícola, extrativa, ou da indústria familiar, visando à doação a populações em situação de risco alimentar atendidas pela rede de proteção social de caráter governamental ou não governamental.

³ A Secretaria de Turismo mobilizou recursos no desenvolvimento de políticas públicas com projetos de estímulo ao turismo interno do município, com visitas monitoradas aos pontos ligados à história, cultura e sociedade rio-clarense, particularmente, na área rural. Uma tentativa de criar um roteiro específico para turismo rural foi efetuada em 2013 numa parceria entre as Secretarias de Turismo e Agricultura. O roteiro incorporou uma área específica do município com destaque para o turismo histórico e arquitetônico, além da gastronomia e artesanato. O número de produtores envolvidos foi pequeno, mas a iniciativa chamou a atenção de outros que gostariam de ter suas propriedades incluídas.

⁴ Grifo do autor.

⁵ Consultar os trabalhos de Sérgio Schneider (2003), que abordam a pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e de Maria José Carneiro sobre os agricultores franceses (1995).

Referências

BRASIL, Presidência da República - Casa Civil. Decreto Nº 84.685, de 6 de Maio de 1980. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d84685.htm>. Acesso em 31/01/2018.

COVAS, A. Ruralidades III – temas e problemas da ruralidade pós-agrícola e pós-convencional. Faro: Universidade do Algarve. 2007. 240p.

CRISTOVÃO, A.; MEDEIROS, V.; MELIDES, R. Aldeias vinhaterias, aldeias vivas? In: FIGUEIREDO, E. et all. O RURAL PLURAL – olhar o presente, imaginar o futuro. Castro Verde-Alentejo: 100Luz. 2011, p. 175-188.

DINIZ, J.A.F. Geografia da Agricultura. São Paulo: DIFEL, 1984.

FERREIRA, D. A. O.; ROMANATTO, M. J. ; MAIA, A. C. ; FERREIRA, E. R. Análise da Multifuncionalidade em Propriedades Familiares Através dos Elementos Internos e Externos do Sistema Agricultura em Rio Claro-SP/BR. In: IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, 2012, Lisboa. Actas do IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Lisboa, 2012. v. I. p. 76-95.

FIGUEIREDO, E. Introdução Um rural cheio de futuros?. In: FIGUEIREDO, E. et all. O RURAL PLURAL – olhar o presente, imaginar o futuro. Castro Verde-Alentejo: 100Luz. 2011, p. 13-46.

GALVÃO M. J.; VARETA, N. D. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia. FLUP. n. 2. 2010. p. 61-86. Capturado de:
<<http://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=Lista%20de%20autores&tp=4&a=Galv%C3%A3o&n=M%C2%AA%20Jo%C3%A3o&ida=3053>>. Acesso em 17/10/2012.

KAUTSKY, K. A questão agrária. Tradução de: C. Iperoig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 329 p.

MARTINS, L. S. A população do Norte de Portugal: apontamentos sobre as dinâmicas demográficas e territoriais recentes. AURN – Associação das Universidades da Região Norte, Curso de Verão – Edição 2001, “Estratégias de Desenvolvimento Rural”. Porto: Universidade do Porto, 2001. 09 p.

MELO, S. N. Uma leitura geográfica da educação no campo: o caso da Escola Municipal Agrícola de Rio Claro-SP. Silas Nogueira de Melo. – Rio Claro: [s.n.]. 2012.

MOREIRA, Ruy. Categorias, conceitos e princípios lógicos da Geografia. Pensar e ser em Geografia. São Paulo: Contexto. 2007. p. 116-118.

PEREIRA, J. C. A. Relatório Científico. (Bolsa de I. C. FAPESP). 2004. Mimeo.

PINTO-CORREIA, T. “Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise”. Inforgeo. Évora, n. 20-21, p. 67-71, Jul. 2007.

PINTO-CORREIA, T. Novas Perspectivas para a Paisagem Rural: o desafio da multifuncionalidade. In: BORRALHO, R.; PINTO-CORREIA, T.; SOUSA, C. (Org.) O

turismo no espaço rural e a multifuncionalidade da paisagem. Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas. Évora: AMAP. EU/Naturlink. 2007. p. 03-04.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CATI. Projeto LUPA 2007-2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

SILVA, J. F.G. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: SILVA, J. F.G. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1998. p.1-39.

WOODS, M. Rural Geography. Los Angeles: SAGE. 2011. 330 p.

Recebido em 06/04/2016. Aceito para publicação em 09/11/2017.
--